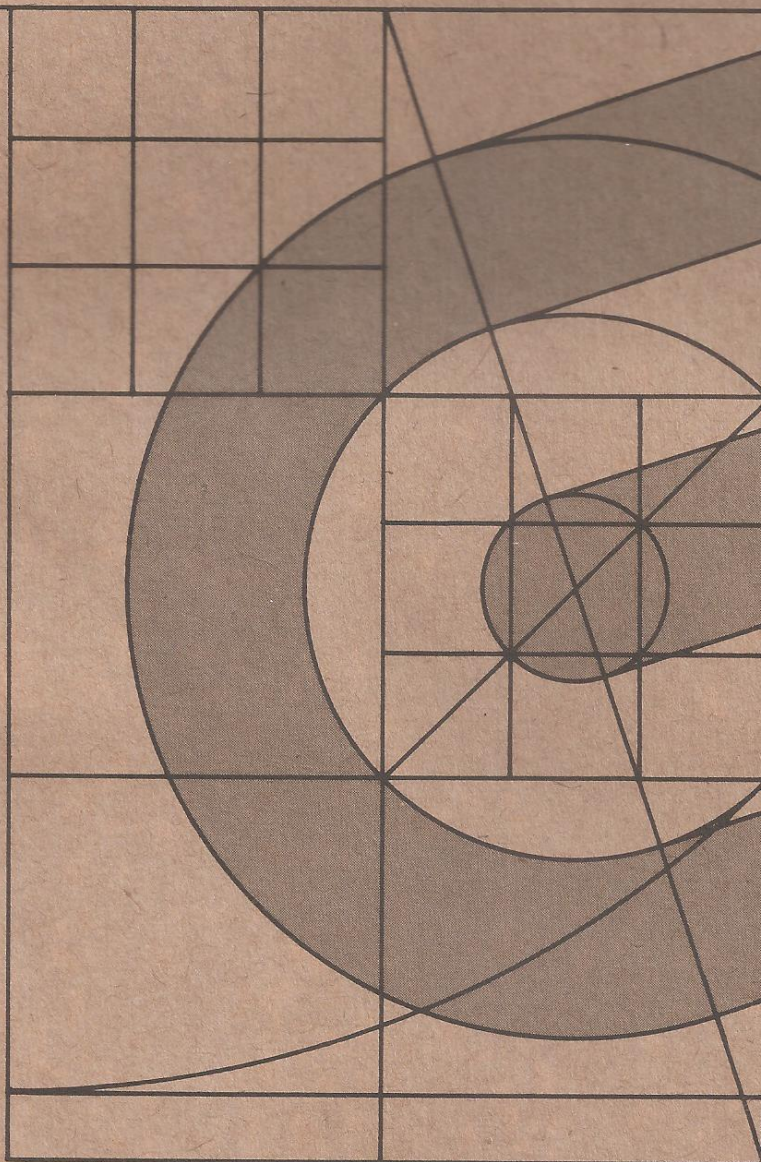


**Caderno Pedagógico
1980**

10

Planejamento Curricular



**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação e Cultura
Laboratório de Currículos**

985

Planejamento Curricular

Rio de Janeiro (estado). Secretaria de Estado de Educação
e Cultura. Laboratório de Currículos.

Planejamento Curricular. Rio de Janeiro, 1980.

51 p. (Caderno Pedagógico, 10)

.1 — Plano Curricular — Elaboração — Bases. 2 — En-
sino — Plano Curricular — Avaliação. I. Título (série).

CDU 371



Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação e Cultura
Laboratório de Currículos

Caderno Pedagógico n.º 10

Planejamento Curricular

Rio de Janeiro
1980

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ANTONIO DE PÁDUA CHAGAS FREITAS

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ARNALDO NISKIER

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDÍLIA COELHO GARCIA

CHEFE DE GABINETE
CYLENE CASTELLÕES GALLART

DIRETORA DO LABORATÓRIO DE CURRÍCULOS
FÁTIMA CUNHA FERREIRA PINTO

Na realização deste trabalho participaram os seguintes técnicos:

- Célia Machado de Carvalho
- Dianche Meirelles Codeço
- May Hampshire Campos da Paz Malta
- Thereza Gomes Veiga da Silva
- Zângara Sasse de Mesquita

Colaboraram na realização do trabalho:

- Aracy do Rego Antunes
- Maria Antônia de Castro e Cruz
- Maria de Lourdes Mercier Medina
- Tomoko Iyda Paganelli

SUMÁRIO

	Pág.
APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	13
2. BASES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO CURRICULAR	15
3. COMPONENTES DO PLANO CURRICULAR	29
3.1 Objetivos.....	29
3.2 Conteúdos.....	30
3.2.1 <i>Grades curriculares</i>	32
3.3 Estratégias.....	42
3.4 Procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem.....	44
4. AVALIAÇÃO DO PLANO CURRICULAR.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	51

APRESENTAÇÃO

As palavras muitas vezes são levadas pelo vento. A escrita dispõe de uma permanência que lhe assegura efetividade. Por isso mesmo, temos estimulado a publicação de documentos, na Secretaria de Estado de Educação e Cultura, que reflitam o pensamento dos seus dirigentes e assessores, na busca de melhores soluções para o ensino-aprendizagem em nosso Estado.

A incumbência de levar a termo a tarefa, basicamente, ficou com o Laboratório de Currículos, o qual tem editado Cadernos Pedagógicos feitos com inegável apuro e grande qualificação acadêmica.

Pretendemos, desta forma, levar aos nossos 70 mil professores da rede pública estadual uma contribuição válida e despojada de preconceitos, como convém aos que se dispõem a colocar a verdade científica acima de quaisquer outros interesses.

Queremos receber a crítica do sistema e as sugestões para aperfeiçoar as obras que estão sendo realizadas. Este é o apelo que dirigimos aos nossos colegas de magistério, aos quais, por oportuno, rendemos as melhores homenagens.

Amélio Criflier

A necessidade de apresentar de maneira mais detalhada os subsídios referentes à organização curricular, levou o Laboratório de Currículos a retomar o assunto já abordado no Caderno Pedagógico n.º 4 — Planejamento Escolar.

Com o presente trabalho, acredita-se estar colaborando com a equipe pedagógica da rede oficial de ensino, no que se refere à elaboração e/ou reformulação dos planos curriculares, uma vez que, procurou-se focar as bases sobre as quais se apoiará o planejamento de currículo e os principais aspectos do plano curricular.

Caberá aos organizadores do currículo da escola a responsabilidade de adequar as sugestões ora propostas a cada realidade específica, bem como, apresentar críticas visando o aprimoramento do trabalho através de um diálogo franco e cada vez mais produtivo.

Fátima Cumba Figueira, Pulo

1 — Introdução

Quando nos propomos a realizar alguma atividade, procuramos racionalizá-la, prevendo as ações necessárias a sua consecução e organizando-as da melhor maneira possível. Isto significa que nos preocupamos em planejar nossas ações para atingir nossos propósitos.

Diante disso, podemos dizer que planejar é prever um conjunto de ações coordenadas entre si, que concorrem para a obtenção de um certo resultado desejado.

Um planejamento requer uma tomada de decisões que é sempre um ato de escolha entre alternativas disponíveis.

A educação, encarada como fator de mudança e de renovação, não dispensa um planejamento, pois implica numa série de decisões tanto a nível de sistema como a nível de unidade escolar.

Tais decisões se consubstanciam em planos que refletem os diferentes níveis de planejamento.

Assim, o plano escolar contém as grandes decisões que nortearão o trabalho da escola, tanto no que se refere às atividades administrativas quanto às de caráter pedagógico. Estas, por sua vez, vão dar origem a outros planos, de natureza mais específica, entre eles o plano curricular, cuja finalidade é interferir no processo de ensino-aprendizagem, com vistas a produzir mudanças no comportamento do aluno, fornecendo assim os elementos indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho em sala de aula.

Em resumo, numa unidade escolar são elaborados planos de ensino, da competência dos professores de turma, o plano curricular, de responsabilidade dos elementos implicados no processo pedagógico e o plano escolar que, pelo caráter de globalidade que apresenta, envolve toda a equipe técnico-administrativa da escola.

2 — Bases para Elaboração do Plano Curricular

Entende-se por currículo o conjunto de experiências oferecidas ao aluno sob a orientação da escola. Nessa perspectiva, evidencia-se a responsabilidade das unidades escolares no desenvolvimento de um trabalho que leve o aluno à auto-realização e que, ao mesmo tempo, esteja de acordo com as necessidades e fins da sociedade.

Impõe-se, portanto, que na elaboração do plano curricular sejam considerados os aspectos filosóficos, sociológicos, econômicos, psicológicos e legais que devem se refletir na realidade da escola a fim de que as decisões a serem tomadas sejam as mais acertadas.

Tais aspectos não ocorrem independentemente, porém, pode-se isolá-los para melhor compreensão de sua participação nos planejamentos escolar e curricular.

É o diagnóstico sócio-econômico-educacional que vai fornecer elementos que possibilitarão a análise do contexto onde a escola está localizada. Em outras palavras, o diagnóstico vai apontar as características no que se refere a atividades econômicas predominantes, aos serviços e instituições culturais disponíveis, à distribuição da população por área (urbana e/ou rural), às condições do seu alunado.

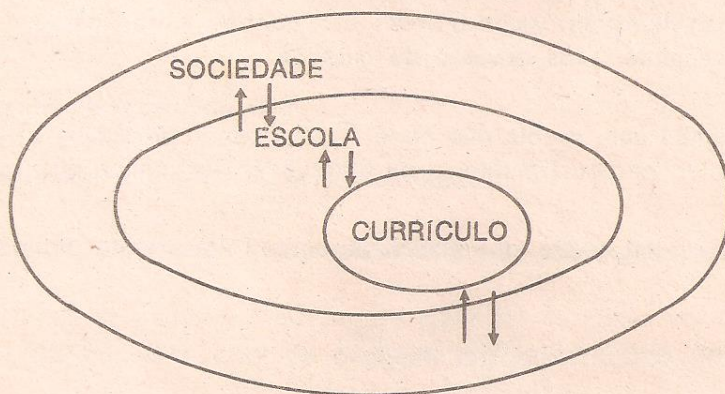
O quadro de referências só ficará completo quando a estas forem acrescentadas informações obtidas através da participação de pais e representantes significativos da comunidade local.

Tem-se, então, um "retrato" da comunidade, num dado momento e, a partir daí, torna-se mais fácil a identificação de suas necessidades relativas à mão-de-obra, suas tendências futuras. Pode-se, também, ter idéia mais precisa dos padrões sócio-culturais vigentes no local.

As diferentes unidades escolares terão a atribuição de preparar jovens para, a médio prazo, ingressarem, como membros produtivos na sociedade — entendida aqui como a comunidade à qual se vincula a escola — com a responsabilidade não só de preservar seus aspectos positivos mas, também, promover modificações nos setores onde isso se fizer necessário.

E o currículo? Como pode interferir nessa relação escola-sociedade?

O currículo deve ser planejado de modo a se adequar à realidade existente. O que o aluno aprendeu ou deixou de aprender na escola, por meio do currículo, vai permitir que ele se torne um elemento mais ou menos realizado individualmente e habilitado a participar e a contribuir para a vida comunitária.



Fonte: MEC — Modelo de Planejamento Curricular. Reflexão sobre os fundamentos do currículo.

Os setores da economia mais freqüentemente desenvolvidos na região, as empresas e as instituições de ensino e outras existentes no local são informações que vão constituir a base econômico-cultural para elaboração e/ou reformulação dos planos escolar e curricular.

Em que medida tais informações podem ser utilizadas no currículo?

Essas informações — fornecidas pelo diagnóstico e, quando necessário, por pesquisas levadas a efeito na área — vão dar uma melhor noção do que existe em termos de mercado de trabalho e das possibilidades que os alunos têm, ao saírem da escola, de continuar seus estudos.

Logo, os estabelecimentos de ensino terão meios de decidir sobre quais as áreas do currículo que merecem maior ênfase, principalmente em relação à formação especial.

A nível de 2.º grau serão incluídas no currículo as habilitações de maior utilidade prática, que sejam ligadas a maior oferta de empregos e que, ao mesmo tempo, atendam aos interesses dos alunos.

Em resumo, o que se deve buscar é o ajuste entre o mercado de educação e mercado de trabalho.

Há, também, as diretrizes filosóficas — que vão se somar aos aspectos já referidos na organização do currículo — que estão contidas nas Leis 4024/61 e 5692/71.

Qual a relação existente entre filosofia e legislação educacionais?

A legislação educacional é um instrumento de ação que se baseia nos valores vigentes na sociedade, ou melhor, que reflete toda a filosofia da educação brasileira.

Assim sendo, a educação, de acordo com o que a lei determina (Leis 4024/61 e 5692/71), tem a função de formar homens livres e solidários e que estejam aptos para exercer, de maneira consciente, seus deveres de cidadão.

A filosofia traçada pela escola não pode fugir a esses princípios que deverão orientar todo o trabalho escolar, particularmente, o de elaboração de planos curriculares.

Há, também, na legislação de ensino aspectos diretamente ligados à organização curricular.

Na composição do currículo, por exemplo, as decisões competem a diferentes órgãos.

O quadro a seguir* mostra a participação dos Governos Federal e Estadual, do estabelecimento e do professor no processo de elaboração dos currículos.

MATÉRIA	COMPETÊNCIA	NÍVEL DE INFLUÊNCIA
<ul style="list-style-type: none"> ● Núcleo comum ● Artigo 7.º ● Mínimo de matérias exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins. 	Conselho Federal de Educação	Nacional
<ul style="list-style-type: none"> ● Parte diversificada (optativa para o estabelecimento) 	Conselho Estadual de Educação	Regional
<ul style="list-style-type: none"> ● Conteúdos selecionados de acordo com as características específicas do meio ambiente. 	Estabelecimento (Diretor/equipe técnico-pedagógica//professores) — (sujeito a aprovação pelo CEE)	Da Escola
<ul style="list-style-type: none"> ● Dosagem de acordo com a capacidade do aluno. 	Professor de Turma	Do Aluno

* Adaptado do Parecer 4833/75 — CFE.

— O Conselho Federal de Educação — fixa as matérias do núcleo comum, as de formação especial e as do art. 7.º, definindo para cada matéria, respectivamente, os objetivos e sua amplitude.

— O Conselho Estadual de Educação — aprova e sugere matérias que irão constituir a parte diversificada.

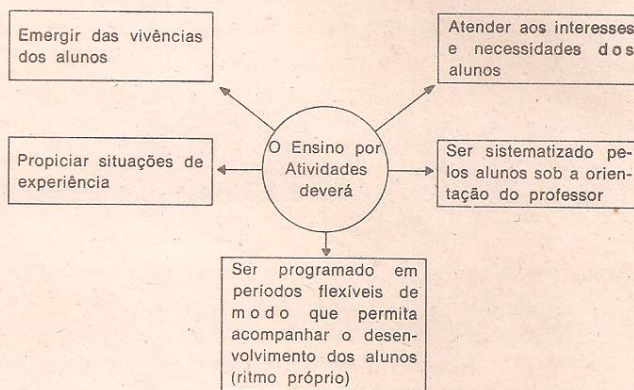
— O estabelecimento de ensino, unidade básica do Sistema, organizará seu plano curricular, baseando-se nas diretrizes legais e nas diretrizes emanadas do Laboratório de Currículos da SEEC/RJ, incluindo:

- núcleo comum
- disciplinas do art. 7.º
- mínimos estabelecidos pelo CFE
- matérias selecionadas para parte diversificada.
- outras matérias propostas pelo estabelecimento e aprovadas pelo CEE.

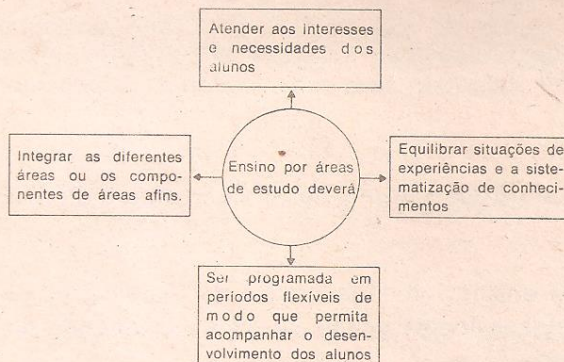
Por outro lado, as matérias * que fazem parte do currículo vão ser didaticamente trabalhadas através de três categorias curriculares: atividades, áreas de estudo e disciplinas.

* "Matéria", do ponto de vista legal, é entendida como a potencialidade ou o campo de conhecimento, que recebe formas distintas de tratamento.

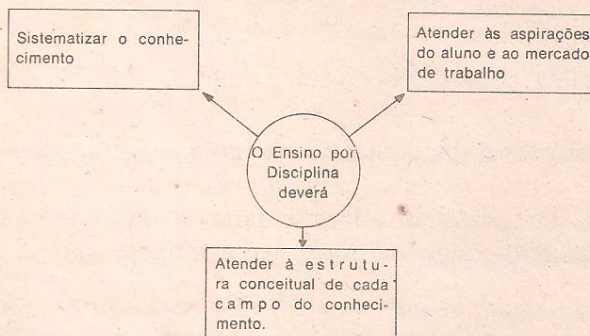
As atividades são experiências de aprendizagem realizadas em situações concretas. Essas deverão se desenvolver nas quatro primeiras séries do 1.º grau em perfeita sintonia com os objetivos específicos das áreas de estudos, e disciplinas a partir dos objetivos da escola. Embora não obedecendo a uma estrutura formal de conteúdo programático, as atividades deverão ser planejadas, controladas e avaliadas. As matérias são trabalhadas a partir das vivências das crianças, portanto, de modo coerente com estágio que o aluno atravessa na faixa de 6/7 a 11/12 anos.



Nas áreas de estudo, categoria curricular trabalhada no 2.º segmento do 1.º grau (5.ª à 8.ª série), é estabelecido o equilíbrio entre as situações de experiência concreta — promovidas pelas “atividades” — e a sistematização de conhecimentos, proporcionada pelas “disciplinas”. A integração entre as diferentes áreas deve ser uma preocupação constante. Corresponde à faixa etária que vai dos 11/12 até os 14/15 anos.



A disciplina se caracteriza por possuir uma estrutura conceitual própria e pela sistematização do conhecimento. É a forma utilizada no 2.º grau. Coincide com a culminância do desenvolvimento mental do indivíduo.



As atividades, áreas de estudo e disciplinas não são categorias curriculares estanques. Através do seu relacionamento, ordenação e seqüência devem concorrer para uma reconstrução do conhecimento humano, estruturando-se num conjunto harmonioso e coerente.

O plano curricular compõe-se de uma parte de educação geral e outra de formação especial.

A educação geral é constituída de matérias que integram o núcleo comum, acrescidas das disciplinas do artigo 7.º da Lei 5692/71. Pode ser definida como um acervo comum de idéias fundamentais que integram o indivíduo na sociedade da qual participa e nos momentos histórico e cultural em que vive, destinando-se, portanto, a oferecer a todos os indivíduos uma base comum de conhecimento. Permitir-lhe-à também o prosseguimento dos estudos nos níveis subseqüentes.

A formação especial envolve a sondagem de aptidões, a iniciação para o trabalho e habilitação profissional (qualificações para o trabalho).

A sondagem de aptidões visa a atender aos interesses do educando, procurando propiciar-lhe condições de descobrir suas potencialidades.

A iniciação para o trabalho é um conjunto de atividades desenvolvidas pelo educando, a partir das últimas séries do 1.º grau, com a finalidade de levá-lo a conhecer os diferentes campos de trabalho existentes na comunidade, na região e no país.

Assim, ao ingressar no 2.º grau, o aluno terá melhores condições de escolher a área profissional que constituirá seu campo de trabalho. A habilitação profissional tem, portanto, o caráter de terminalidade.

Como se pode deprender do que foi exposto, o currículo visa ao atendimento das necessidades do aluno e sua adaptação ao meio ambiente. Impõe-se, portanto, que se lance mão das características psicológicas e sociais do educando na fundamentação do plano curricular.

É importante que as experiências curriculares sejam planejadas tendo em conta não só as necessidades e interesses dos alunos como também o tipo de aquisição que o aluno poderá realizar tendo em vista o estágio de desenvolvimento em que se encontra. Deverá propiciar oportunidades para que a criança construa seus próprios conhecimentos, a partir de situações estimuladoras, desenvolvendo assim a sua inteligência.

Os interesses e necessidades que constituem o centro do processo ensino-aprendizagem vão variar de acordo com o estágio de evolução em que se encontra a criança. Esses estágios referem-se ao processo de organização do pensamento nas diferentes faixas etárias.

O desenvolvimento das relações sociais entre os alunos, por sua vez, funcionará como fator de estimulação da inteligência e de integração à vida em sociedade.

A organização do currículo da escola deverá espelhar o desenvolvimento dos alunos em cada etapa do processo de escolarização, constituindo-se, portanto, num instrumento que garantirá, através da seqüência e integração dos conteúdos, uma ação ordenada em busca da consecução dos objetivos da escola.

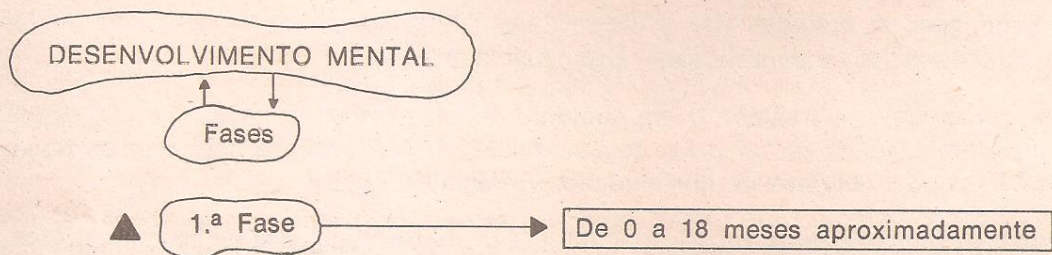
A fim de que se preserve a continuidade do processo, faz-se necessário que este trabalho seja feito a partir de uma reflexão conjunta de todos os professores e orientadores pedagógicos e educacionais da escola, definindo-se, para cada série de cada grau as conquistas que o aluno deverá realizar.

Essas definições não poderão prescindir de um conhecimento aprofundado da clientela à qual se destina nem tampouco da metodologia que embasará o currículo.

"Por metodologia se entende o conjunto de pressupostos teóricos cuja aplicação mediatiza a atuação educacional dentro de uma perspectiva científica" (1)

Os pressupostos teóricos que fundamentam a proposta metodológica do Laboratório de Currículos assentam em teorias científicas contemporâneas que partem do princípio de que a inteligência desenvolve-se a partir de interação com o meio, sendo a maturação biológica condição necessária mas não suficiente para o seu desenvolvimento, pois o meio poderá dificultá-lo ou facilitá-lo.

De acordo com essas teorias o desenvolvimento mental apresenta 4 (quatro) grandes fases correspondentes a períodos em que o pensamento e as atividades do indivíduo apresentam características próprias.



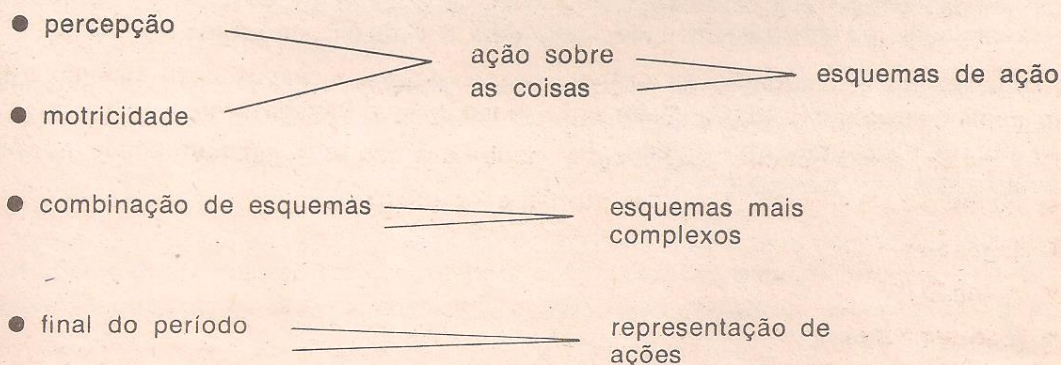
A criança, através dos órgãos dos sentidos e da motricidade, age sobre as coisas, modificando pela experiência um reflexo que, inicialmente, é o único que ela tem para, através do conhecimento dos objetos, adaptar-se ao mundo exterior. Por exemplo: o reflexo de sugar que a criança possui, se manifesta e se generaliza toda vez que ela é estimulada pelo contato de sua boca com diferentes realidades: o seio, a mamadeira, a chupeta, o dedo etc.

Quando a criança leva o dedo à boca está demonstrando que já é capaz de desenvolver ações mais complexas que envolvem, no caso, os aspectos sucatório, motor e visual.

Sua criatividade se revela quando ela descobre novas formas de agir sobre os objetos. Ex.: a criança brinca rolando uma bola e descobre que há outros modos de agir sobre a mesma.

Este estágio chega ao final quando a criança começa a *representar ações* em vez de simplesmente realizá-las. Isso não quer dizer que ela não continue a desenvolver os aspectos característicos da 1.ª fase.

Em resumo, essas são as principais aquisições deste período:



(1) Reformulação de currículos -- 1º volume -- Pré-Escolar e 1º Grau.



A partir de um ano e meio, a percepção imediata vai perdendo campo para a *representação mental*, ou seja, a criança pensa em alguma coisa que anteriormente tenha percebido e que esteja ausente; faz uma *imagem mental*: é a atividade simbólica.

Nesta fase, a criança apresenta dois tipos de comportamento característicos:

- *imitação*: funciona na presença ou ausência do objeto por reprodução motora.

Por exemplo: a criança balança o corpo tentando reproduzir movimentos feitos por um sino quando alguém lhe pede que faça o movimento que o sino faz.

- *jogo simbólico*: apropriação do real pela criança cujo significado é dado por ela própria.

Por exemplo: a criança brincando diz que a vassoura é seu cavalo e galopa usando a mesma.

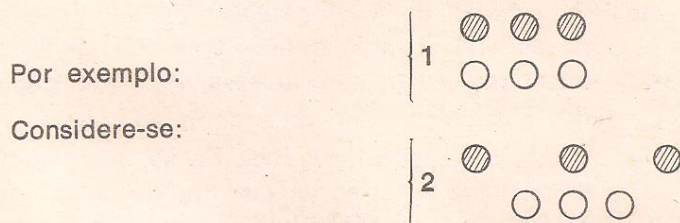
Nesta fase é importante valorizar a imaginação da criança.

O jogo é a atividade em que a criança expressa livremente suas próprias representações, ao contrário da imitação onde ela procura reproduzir, com precisão, a realidade imitada.

Com a *linguagem*, a *imitação* e o *jogo*, começam a ser transmitidas para a criança as regras da cultura de seu meio social.

Depois de 4 anos a criança, que inicialmente associa nome às coisas, distinguindo semelhanças e diferenças, percebe que o sujeito tem um atributo, uma propriedade, o que permitirá a sua inclusão numa classe. A *formação do conceito* é feita a partir da constância com que simultaneamente se apresentam atributos no tempo e no espaço.

De 4 a 6 anos domina o pensamento intuitivo dependente da percepção, preso às coisas, às aparências, à imagem.



Diante das coleções apresentadas, reconhecerá que no 1.^o caso há a mesma quantidade de pastilhas nas 2 filas. No 2.^o caso, considera que na 1.^a fila há mais pastilhas.

A criança avalia a quantidade só pelo espaço ocupado porque neste estágio a inteligência é dominada pela percepção. Cada ação ainda é vista isoladamente.

Resumindo, neste período, as principais aquisições são as seguintes:

- representação mental → atividade simbólica
- linguagem
- imitação
- jogo simbólico
- formação do conceito
- pensamento intuitivo



O que marca esta 3.ª fase é a conquista da mobilidade de pensamento e a compreensão da conservação do todo, independente das modificações das partes.

Nessa etapa o aluno é capaz de:

— fazer:

- *classificações* — Dada uma listagem de produtos alimentícios, por exemplo: carne, peixe, legumes, leite, queijo, farinha etc., o aluno classifica: *produtos transformados e não-transformados*.

Percebe que *todos* são produtos alimentícios mas somente *alguns* são transformados. Classificou-se a produção segundo um critério. Se fosse feita, simultaneamente uma classificação segundo dois critérios, como por exemplo:

transformados/não-transformados e

origem vegetal/e não-vegetal, teríamos um tipo de classificação mais complexo.

- *generalizações simples* — Após análise das características de alguns animais, generaliza: Todos os animais que possuem coluna vertebral são vertebrados.

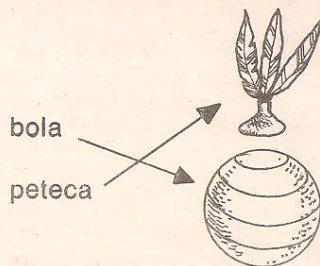
- *localizações espácio-temporais*

a) *espaciais* — Utilizando as direções cardeais, o aluno localiza o *município de Magé*. Ao norte deste, ficam os municípios de Petrópolis e Teresópolis; ao sul, situam-se a baía de Guanabara e o município de Itaboraí; a leste, o município de Cachoeiras de Macacu e a oeste, o município de Duque de Caxias. Em relação ao município de Petrópolis, Magé localiza-se ao sul.

b) *temporais* — *Antes* da introdução da lavoura cafeeira no vale do Paraíba, dominavam na região as culturas de subsistência e a canaveira; *depois* da migração do café para o interior paulista, surgiu a pecuária e, posteriormente, a industrialização do vale. Logo, a lavoura cafeeira antecedeu a fase de industrialização do vale do Paraíba.

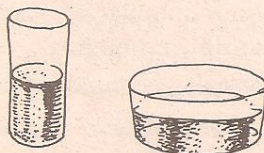
— *seriar objetos ou dados de um conjunto* — Utilizando uma série de lápis ordenados, por exemplo, do maior para o menor, o aluno nesta faixa, ao ter que introduzir um novo lápis na série, procurará sua colocação sem ter que desmanchá-la. Ele é capaz de, simultaneamente, fazer a seguinte relação: *ele é maior* que o anterior e *menor* que o seguinte.

— *estabelecer relações de correspondência entre os elementos de dois conjuntos* — a) correspondência signo/símbolo.



b) fazer uma tabela em que os objetos são arrumados por duas relações. Ex.: peso/volume

- utilizar o princípio de conservação das quantidades — Colocada a mesma quantidade de água em recipientes de formas distintas, o aluno percebe que o volume se conserva embora os níveis do líquido sejam diferentes. Ele relaciona: vidro mais largo, nível mais baixo; vidro mais estreito, nível mais alto.



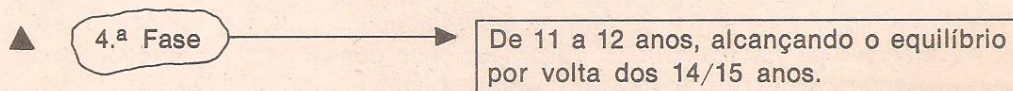
Ele consegue perceber o que permanece (volume) e o que se transforma (forma).

- utilizar a reciprocidade e a inversão ou negação isoladamente
 - a) Após a localização feita (ex.: o município de Magé), o aluno verifica que se o município de Petrópolis (A) é vizinho do Teresópolis (B), o município B é vizinho de A → reciprocidade de vizinhança.
 - b) O aluno percebe que a operação de adição é inversa da operação de subtração:
Ex.: $4 + 3 = 7$ // $7 - 3 = 4$
- estabelecer mensuração e numeração — Dada uma unidade padrão, o aluno a desloca sobre o objeto a ser mensurado e verifica quantas vezes ela cabe no mesmo. Ex.: Medir o comprimento de uma mesa em palmos.
- fazer interferências a partir de observações — Ao realizar uma experimentação com o objetivo de relacionar peso e distância tentando conseguir o equilíbrio de uma gangorra, após várias tentativas consegue o equilíbrio. É possível que o aluno chegue a enunciar uma regra: "quanto mais afastado do centro da gangorra, mais pesado se torna o corpo".

A regra é ainda incompleta, sendo somente uma inferência do real.

As limitações do aluno neste estágio são:

- não sistematiza investigações, ou seja, para solucionar um problema em que aspectos importantes tenham que ser identificados, ele não procede de forma sistemática.
- não é capaz de trabalhar simultaneamente com inversão e reciprocidade, portanto, numa cadeia de raciocínio tem dificuldade de identificar suas contradições.
- não tem consciência da cadeia lógica de raciocínio que precede a uma conclusão qualquer, sendo incapaz de uma reflexão crítica do próprio raciocínio;
- não dispensa o real, ou seja, as operações que realiza se orientam para o concreto. O raciocínio está mais voltado para o real do que para o possível.
- não é capaz de usar todas as etapas do método científico.
- não é capaz de considerar todas as possibilidades, embora relate e utilize observações para fazer inferências.



É difícil dizer quais os critérios comportamentais que nos permitem afirmar que uma criança está na 3.^a fase enquanto outra se encontra na 4.^a fase. O método mais seguro é analisar comportamentos gerais.

Nesta última fase, o aluno apresenta uma orientação generalizada, explícita ou implícita, para a solução de problemas: uma orientação no sentido de organizar os dados (análise combinatória) isolar e controlar variáveis, formular hipóteses, justificar e provar logicamente os fatos.

A característica mais evidente dessa fase é que o raciocínio não incide mais, diretamente, sobre os objetos ou sobre sua manipulação mas sobre proposições enunciadas verbalmente e que descrevem as ações sobre os objetos.

No período das operações formais, o aluno é capaz de:

- *distinguir, em uma afirmativa, forma/conteúdo e considerar a forma de raciocínio separadamente do conteúdo específico.*

Submetendo-se à apreciação dos alunos duas ou mais sentenças estruturadas segundo a mesma lógica verbal, mas referentes a conteúdos diferentes, eles saberão distinguir entre a forma (estrutura lógica) e conteúdo (assunto), evidenciando a descoberta do raciocínio implícito naquelas, através da citação de suas conclusões.

Exemplo: analisando as proposições abaixo os alunos poderão inferir o fato importante comum a elas.

- 1) Todos os animais precisam de ar.
As cobras são animais
- 2) Todos os vegetais precisam de ar.
As árvores são vegetais
- 3) Todos os animais e vegetais são seres vivos.

Inferência: "as cobras e as árvores precisam de ar"

ou

"todos os seres vivos precisam de ar"

- *fazer deduções a partir de simples hipóteses enunciadas verbalmente, utilizando o pensamento hipotético-dedutivo.*

A partir de um problema sobre o controle do tamanho de uma população de um país ou de um Estado, em que as variáveis taxas de natalidade, taxa de mortalidade e migração sejam consideradas, os alunos deverão deduzir as causas da oscilação da população.

A leitura de um texto sobre migrações como, por exemplo, "As Migrações Humanas"⁽¹⁾ poderá suscitar o levantamento de hipóteses para solucionar alguns problemas decorrentes do conteúdo do próprio texto, como por exemplo:

"Em relação à possibilidade de ocorrência de um surto de hepatite em Niterói, devido ao lançamento de esgotos ao mar, as autoridades governamentais argumentaram sobre a necessidade de adotar uma política para orientar as correntes migratórias no Estado do Rio de Janeiro."

Que hipóteses poderão ser levantadas a partir do referido problema?

Que conseqüências poderão advir para o tamanho da população de Niterói caso se confirmem os prognósticos do surto de hepatite com casos fatais?

A formulação de hipóteses deverá solicitar dos alunos um raciocínio em que as operações se manifestam na construção de proposições com o uso dos conectivos: e, se... então, ou...ou.

A combinação das hipóteses consideradas mais viáveis, norteadas por um raciocínio dedutivo, poderá culminar em recomendações (conclusões) de ordem prática, capazes talvez de solucionar alguns problemas de ordem médico-sanitária que venham a beneficiar a comunidade em discussão.

(1) TOMMASI, Luis Roberto — *A degradação do meio ambiente*, São Paulo, Nobel, 1976, Cap. 7, pág. 41.

— *pensar em termos de todas as combinações possíveis de objetos, idéias ou proposições, além de relacionar todas as possibilidades em um todo estruturado.*

No estudo do comportamento da luz, no caso específico da formação de sombras, as variáveis, *distância* da fonte luminosa ao anteparo (disco) e *tamanho* do anteparo, estão relacionadas entre si. A partir de suposições sobre as possibilidades de se fazer variar o tamanho da sombra que é projetada em uma tela mantida a uma distância fixa da fonte luminosa, quando as relações entre as variáveis são manipuladas, os alunos podem chegar ao enunciado das regras do jogo, combinando essas possibilidades de ação em um todo estruturado.

A descoberta da regra em que “aumentar a distância (+D) e diminuir o tamanho do anteparo (-T) é o mesmo que diminuir a distância (-D) e aumentar o tamanho do anteparo (+T)”, corresponde à capacidade dos alunos em dispor de um raciocínio em que quatro operações foram combinadas em um sistema único. As operações I de *Identidade*, corresponde a (+D), N de *negação*, correspondente a (-D), R de *reciprocidade*, correspondente a (-T) e C de *correlação*, correspondente a (+T) formam o grupo INRC, característico do pensamento neste período.

A experimentação com material de laboratório poderá então confirmar a veracidade do que ocorre no plano puramente verbal.

— *considerar todas as combinações possíveis de condições teóricas ou experimentais, embora algumas dessas combinações não possam ser realizadas na natureza.*

O estudo dos mecanismos da hereditariedade mobiliza o raciocínio dos alunos para a realização de todas as combinações entre os genes responsáveis pela transmissão dos caracteres hereditários.

O raciocínio correto sobre a determinação do sexo na espécie humana pode levar à previsão das combinações que se traduzem em uma composição genética normal, isto é, indivíduos com cromossomos XX, para o sexo feminino e indivíduos XY, para o sexo masculino. Possibilitam, também, prever as anormalidades decorrentes de disjunções imperfeitas entre os cromossomos sexuais durante a multiplicação das células embrionárias. Das implicações previstas umas serão viáveis na natureza, outras não, isto é, indivíduos portadores de XO, XXX, XXY, XYY, por exemplo, existem na realidade, enquanto a combinação prevista teoricamente OY, é inviável para a sobrevivência na natureza.

— *isolar e controlar variáveis. Raciocinar a partir da premissa de que determinadas variáveis permanecem constantes.*

Solicitando que um grupo de alunos planeje uma experiência para determinar que quantidades de matéria-prima proveniente do solo e do ar são necessárias para o crescimento da planta, podemos apreciar a capacidade dos alunos em isolar e controlar variáveis.

Um comportamento condizente com um raciocínio decorrente desta fase se traduzirá em proposições do tipo:

“Se o aumento de peso da planta corresponder à perda de peso do solo então, a diferença de peso deve corresponder à quantidade de matéria-prima necessária para o crescimento da planta.”

O mesmo raciocínio deve ser feito para o ar. As variáveis devem ser analisadas separadamente.

Nas condições de experimentação uma das variáveis terá que ser neutralizada por um artifício qualquer, assim como outras, que não tenham sido citadas no problema proposto, mas que possam vir a interferir nos resultados. Por exemplo, os alunos deverão prever a influência da água no solo, levantando o problema: “Se havia água no solo então a perda de peso poderá também ser devido à perda de água para o ar”.⁽²⁾

(2) BSCS — *Convites ao raciocínio* — Biologia: série guia para professores, São Paulo, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências — Págs. 21 e 24.

— *criticar o próprio raciocínio do qual está consciente.*

A partir da proposição: “que efeito você acha que a luz exerce no crescimento de uma planta?” algumas suposições podem ser levantadas. Podendo ser: aumento da velocidade de crescimento, inibição do crescimento, nenhum efeito.

Tomando a primeira, os alunos podem levantar a seguinte suposição:

“Se a luz promove o crescimento, então, quanto mais luz houver, maior será a altura da planta.”

A realização da experiência deveria confirmar a suposição, no entanto, os resultados obtidos com feijão foram contraditórios, isto é, os feijões que nasceram à luz formaram caules espessos e curtos e os que nasceram no escuro formaram caules delgados e longos.

Os alunos devem então criticar os resultados com base no raciocínio feito inicialmente e levantar novas hipóteses para posteriormente testá-las, até encontrarem as soluções adequadas.⁽²⁾

— *tirar conclusões interpretando observações a partir da utilização de teorias e modelos.*

Utilizando um osmômetro, interpretar as observações sobre as modificações dos níveis dos dois líquidos de concentrações diferentes separados pela membrana semipermeável.

Comparar com as observações, feitas através do microscópio, de células da epiderme da folha de traçoeraba imersas em água com açúcar.

O osmômetro, explica a permeabilidade de membrana celular à luz das teorias sobre difusão e osmose.

— *entender conceitos definidos em termos de outros conceitos, ou por meio de relações abstratas.*

Apresentar aos alunos os problemas da flutuação e submersão dos corpos, quando o conceito de densidade — que é abstrato — já tiver sido dominado por eles, é uma forma correta de mobilizar a capacidade para entender novos conceitos a partir de relações abstratas. No problema dos corpos flutuantes, o adolescente inicia sua compreensão valendo-se de operações concretas que lhe permitiram o domínio das conservações de peso e volume, mas evolui em suas manipulações no plano abstrato e analisa as possibilidades daqueles corpos, colocando os problemas de peso, superfície, densidade em uma relação lógica uns com os outros.

O processo de desenvolvimento mental culmina neste estágio quando o sujeito, utilizando o raciocínio abstrato, poderá explicar a realidade existente e conceber, mesmo na ausência de qualquer dado concreto, idéias novas a respeito do mundo.

A criança progride de um nível para outro na mesma seqüência, embora não necessariamente no mesmo ritmo.

À medida que a seqüência de estágios vai se sucedendo, o indivíduo vai dominando os diferentes campos do conhecimento a partir de um intercâmbio ativo entre o mundo e o sujeito do conhecimento.

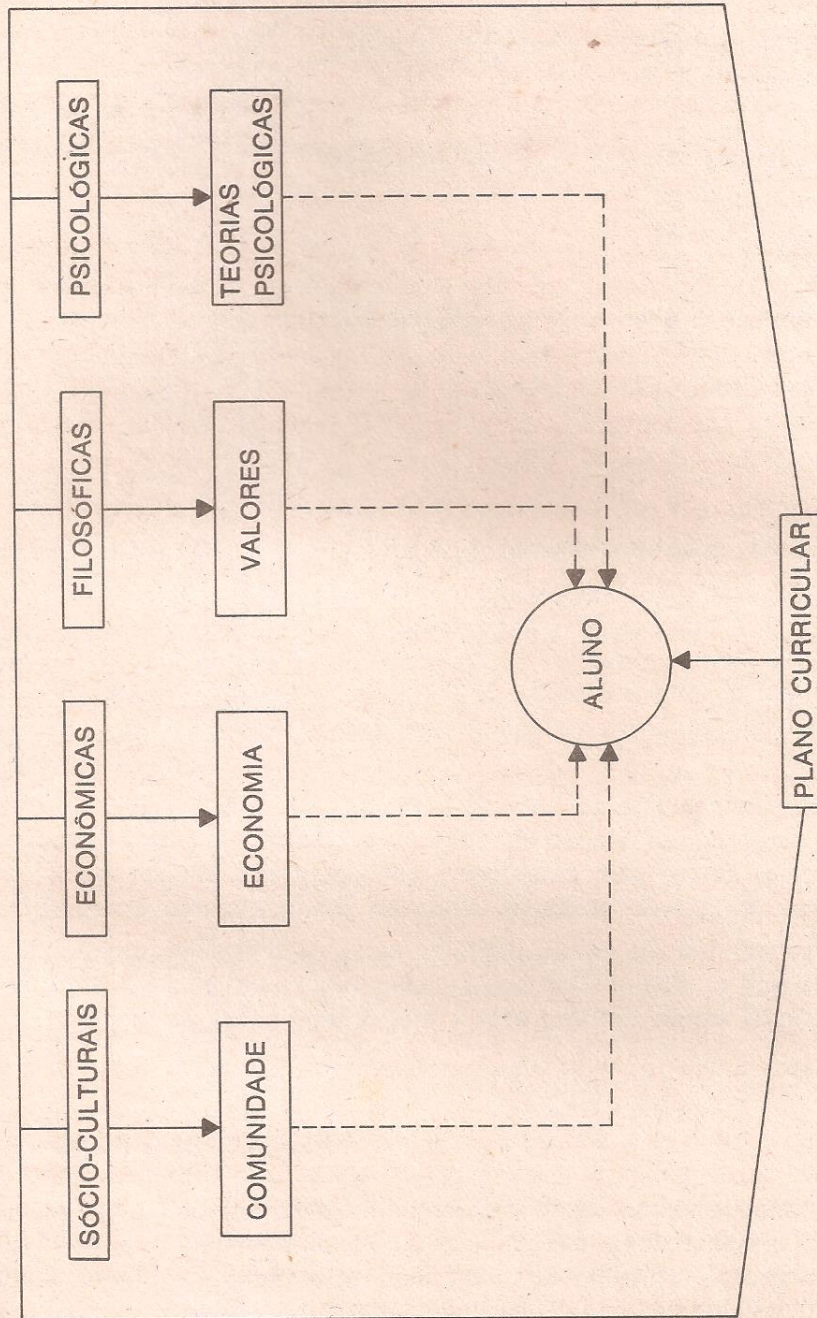
O papel do professor é propiciar situações que mobilizem os processos mentais no tempo próprio do indivíduo. Esse papel implica em que, analisando o conteúdo a ser apreendido em termos de raciocínio a ser desenvolvido, organize o material de aprendizagem de modo que o aluno, consiga atingir tal finalidade implica, também, em realizar atividades grupais em sala de aula, uma vez que as interações com os companheiros constituem o principal meio através do qual a criança se liberta de seu egocentrismo.

“Se a cooperação social é um dos principais agentes formativos na gênese espontânea do pensamento infantil, é imperativo que a educação moderna lance mão deste fato e dê um lugar de destaque às atividades socializadas no currículo.”⁽³⁾

(2) BSCS — *Convites ao raciocínio* — Biologia: série guia para professores, São Paulo, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências — págs. 21 e 24.

(3) Hans Aebli in Flavel, John H. — *A Psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget*.

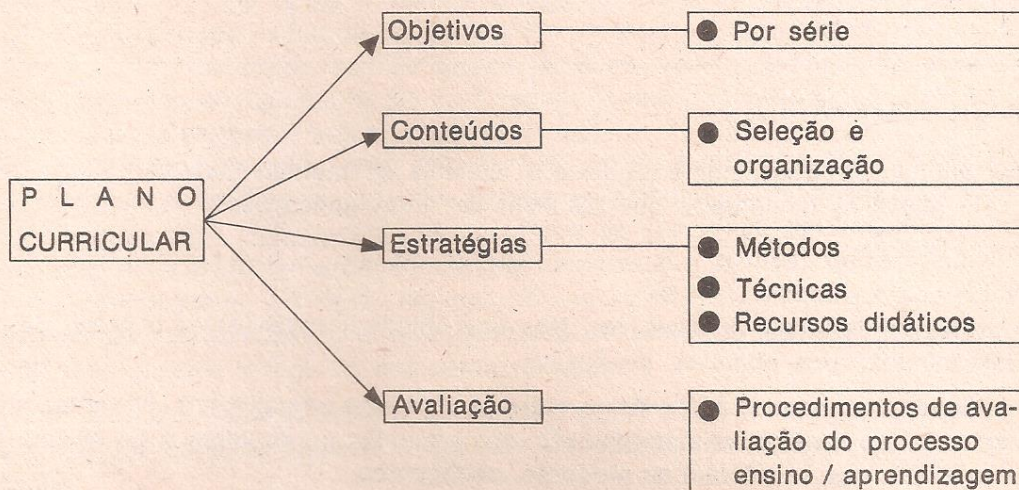
BASES PARA ELABORAÇÃO
DO PLANO CURRICULAR



Adaptação do esquema elaborado pelo DEF/SEC-RS.

3. Componentes do Plano Curricular

A partir das reflexões feitas acerca dos aspectos apontados, uma série de decisões serão tomadas e consubstanciadas no plano curricular. Essas decisões referem-se à seleção de objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação,



3.1 Objetivos

Em todo e qualquer planejamento é fundamental que sejam estabelecidos objetivos.

No planejamento escolar são fixados, entre outros, objetivos a serem alcançados pelos alunos com vistas a: promover sua auto-realização e possibilitar sua efetiva participação na vida comunitária. Tais objetivos representam, na verdade, mudanças comportamentais — relativas à aquisição de informações, habilidades, atitudes e hábitos, por meio do processo de aprendizagem — que a escola espera que se operem no aluno ao final do(s) grau(s) de ensino por ela oferecido(s).

Cabe à equipe pedagógica, juntamente com os professores da escola, estabelecer os objetivos que deverão ser atingidos ao término de cada série, para que, ao final de cada grau de ensino, sejam atingidas as mudanças pretendidas pela escola (planejamento curricular)*. Isto significa que o comportamento de saída esperado deverá ser atingido gradativamente.

É importante ressaltar que estes objetivos devem ser formulados a partir dos objetivos gerais das áreas de estudos fixadas pelo Parecer 853/71-CFE, o que vale dizer que os objetivos das áreas, por série, se subordinam a três grandes linhas legalmente estabelecidas, a saber:

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

“cultivo de linguagem que ensejem ao aluno contato coerente com os seus semelhantes (comunicação) e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual” (expressão), sem deixar de ressaltar a importância da Língua Portuguesa “como expressão de cultura brasileira”, consoante com o disposto no artigo 4.º § 2.º da Lei 5.692.

* Na seleção dos objetivos de cada série deve-se levar em consideração o nível de desenvolvimento mental dos alunos. Uma vez selecionados, os objetivos deverão ser seqüenciados de tal forma que o aluno seja capaz de desempenhos cada vez mais complexos.

ESTUDOS SOCIAIS

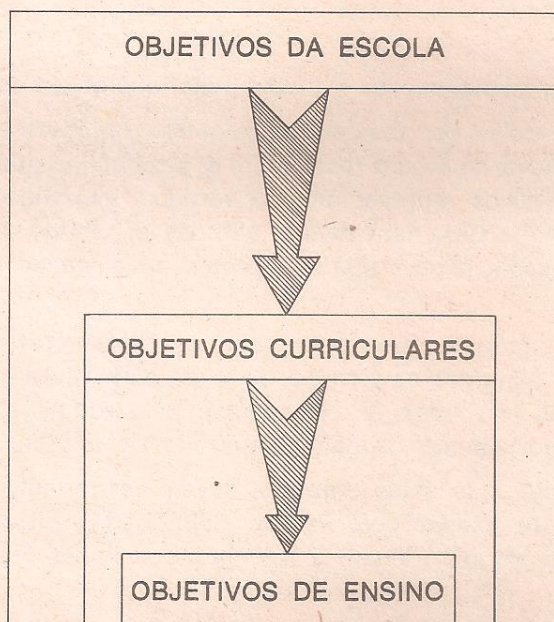
“Ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo em que deve não apenas viver como conviver”, sem deixar de atribuir a devida “ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do desenvolvimento.”

CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

“Desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico”, sem deixar de pôr em relevo as tecnologias que resultam de “suas aplicações”.

O professor de turma, por sua vez, terá nos objetivos curriculares o ponto de partida para a determinação dos objetivos de ensino.

É indispensável manter a coerência entre os objetivos traçados nos diferentes níveis de planejamento, o que implica na subordinação dos objetivos curriculares e de ensino àqueles objetivos da escola que se referem ao processo pedagógico.



3.2 Conteúdos

Para atingir os objetivos propostos, serão explorados diferentes conteúdos trabalhados sob a forma de atividades, áreas de estudo ou disciplina, implicando em um maior aprofundamento à medida que se avança nas séries e graus.

Ao selecionar conteúdos, deve o professor preocupar-se em identificar que operações são necessárias à aquisição das noções (conhecimentos) que serão trabalhadas. Dessa forma os conteúdos deverão ser dispostos de tal maneira que, primeiro, sejam explorados aqueles que impliquem em operações mais simples e já dominadas pelos alunos.

Na elaboração do currículo deve-se, portanto, considerar não só a estrutura do *próprio conteúdo*, identificando as operações que os alunos deverão executar para aprendê-lo, mas também o estágio de desenvolvimento mental em que a criança se encontra. Não se pode selecionar, por exemplo, para crianças que estejam na faixa etária de 7 a 11 anos conteúdos que exijam abstrações. Só uma seqüência adequada dos conteúdos poderá proporcionar ao aluno condições de uma verdadeira aquisição de conhecimentos.

A importância que se dá à caracterização da clientela e do contexto em que a escola está inserida se prende ao fato de que é a partir desse conhecimento que se pode ter uma idéia aproximada, não só da fase de desenvolvimento que os alunos atravessam, como da realidade sócio-econômica-cultural da comunidade, o que permitirá melhor definir que conteúdos a escola pode pretender trabalhar em cada série.

O nível mental do aluno está estreitamente ligado a fatores sócio-econômicos, uma vez que o meio poderá facilitar ou dificultar o desenvolvimento do indivíduo. Crianças de baixo nível sócio-econômico terão menos possibilidades de apresentar um desenvolvimento orgânico adequado e de vivenciar experiências que promovam a ativação do raciocínio.

Em contrapartida, o próprio contexto fornecerá elementos para que se decida que conteúdos deverão ser enfatizados e se constituirão em temas de maior interesse, significação e aplicabilidade para os alunos de determinada região.

Por exemplo, numa área de base agrícola deve-se dar maior ênfase a conteúdos relativos a atividades do setor primário o que não impede entretanto, que outros conteúdos sejam enfocados.

Vale acrescentar, ainda, que é imprescindível a realização de um trabalho conjunto — de professores, orientadores pedagógicos e educacionais — a fim de que esses conteúdos sejam organizados num todo seqüenciado, evitando-se lacunas no processo de aprendizagem do aluno e fazendo com que haja uma integração das diversas áreas. Assim, os conteúdos do currículo devem ser articulados tanto no sentido vertical quanto no sentido horizontal.

A integração vertical objetiva promover a continuidade, o aprofundamento e o encaideamento lógico dos conteúdos bem como permitir maior flexibilidade à execução do plano curricular, de modo a compatibilizar o tempo destinado ao ensino, os interesses e aptidões do educando e a rápida evolução do conhecimento.

A integração horizontal, por sua vez, se caracteriza por experiências de aprendizagem relacionadas e organizadas em torno de um foco integrador com vistas a: viabilizar o desenvolvimento das potencialidades do aluno; possibilitar a unidade nos diferentes momentos de interdependência e relação dos vários campos de conhecimento trabalhados numa mesma série e dar um sentido mais global às experiências desenvolvidas de modo a reforçar a aprendizagem.

Para que as integrações — vertical e horizontal — se verifiquem na prática, é indispensável que a equipe pedagógica da escola promova reuniões periódicas a fim de determinar as melhores formas de atuação.

INTEGRAÇÃO VERTICAL 1.^a à 8.^a série do 1.^o Grau 1.^a à 3.^a série do 2.^o Grau

Equipe participante: professores das diferentes séries e graus, coordenadores de área, orientadores educacionais e pedagógicos e supervisores.

Atribuições da equipe:

- Fixar os objetivos de cada série.
- Determinar os pré-requisitos para cada série.
- Analisar os conteúdos em função dos objetivos da série e dos pré-requisitos da série anterior.
- Selecionar os conteúdos indispensáveis para cursar a série seguinte, verificando, sempre, se o que se propõe é compatível com o desenvolvimento do aluno.

INTEGRAÇÃO HORIZONTAL: (nas áreas de estudo) 5.^a à 8.^a série do 1.^o Grau
(nas disciplinas) 1.^a à 3.^a série do 2.^o Grau

Equipe participante: grupos de professores da mesma série.

Atribuições da equipe:

- Inteirar-se dos assuntos que, em função dos objetivos propostos, serão estudados, num determinado período, nas mesmas séries.
- Estudar maneiras de integrar os diversos componentes curriculares.

Obs.: — O ensino por atividades desenvolvidas nas primeiras séries do 1.^o grau, pela sua própria natureza, pressupõe uma integração horizontal, uma vez que os conteúdos são explorados a partir dos interesses dos alunos.

Para que a integração pretendida ocorra realmente no indivíduo é necessário que se parta de uma estrutura integradora que relacione as áreas do conhecimento. Tal estrutura integradora é definida por Bloom como "qualquer idéia, problema, método ou instrumento através do qual se relacionam duas ou mais experiências isoladas". Para que essas estruturas sejam úteis na integração da aprendizagem devem ter algum significado prático para o estudante. Assim, por exemplo: a Literatura e a História podem ser utilizadas conjuntamente como meios para a compreensão da vida brasileira na atualidade.

3.2.1 Grades curriculares

O advento da Lei 5.692/71 deu às escolas flexibilidade suficiente para a montagem de planos de estudo, de modo a atender suas características específicas. Entretanto, a fim de se garantir um conteúdo mínimo a nível nacional, sem o que se considera incompleta a formação do indivíduo, a própria Lei 5.692/71 determinou a existência de um núcleo comum, que associado às disciplinas do art. 7.^o, garantirão tal formação.

Delegou, ainda, ao Conselho Federal de Educação, competências no que se refere à:

- ▲ determinação das matérias relativas ao núcleo comum; do mínimo de matérias de cada habilitação profissional e de conjuntos de habilitações afins.
- ▲ definição dos objetivos e da amplitude das matérias do núcleo comum.
- ▲ aprovação de outras habilitações profissionais propostas pelas unidades escolares, com validade nacional.

No que se refere à parte diversificada, cabe aos Conselhos Estaduais de Educação sugerir matérias dentre as quais os estabelecimentos de ensino escolherão as que desejarem incluir nos seus currículos. Poderão ainda ser desenvolvidos estudos relativos a matérias não relacionadas pelo Conselho desde que submetidos à aprovação do mesmo.

Assim, os conteúdos curriculares são formados por camadas superpostas conforme a determinação do Parecer 853/72 do C.F.E. As três primeiras camadas correspondem ao ensino de 1.^o grau.

3. ^a CAMADA:	Parte Diversificada	} 1. ^o Grau
2. ^a CAMADA:	Art. 7. ^o da Lei 5.692	
1. ^a CAMADA:	Núcleo Comum	

Para o ensino de 2.º Grau acrescenta-se a quarta e última camada que corresponde à parte profissionalizante para qual foi estabelecido o mínimo de horas por setores (primário, secundário, terciário).

4.ª CAMADA:	Parte Profissionalizante	} 1.º Grau	} 2.º Grau
3.ª CAMADA:	Parte Diversificada		
2.ª CAMADA:	Art. 7.º da Lei 5.692		
1.ª CAMADA:	Núcleo Comum		

1ª CAMADA — Núcleo Comum

A Resolução n.º 08/72, anexa ao Parecer n.º 853/72, alterada pela Resolução n.º 58/76, do C. F. E., "Fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1.º e 2.º graus, definindo-lhes os objetivos e a amplitude".

Art. 1.º — O núcleo comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1.º e 2.º graus abrangerá as seguintes matérias:

- a) Comunicação e Expressão;
- b) Estudos Sociais;
- c) Ciências.

§ 1.º — Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas:

- a) em Comunicação e Expressão — Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna;
- b) nos Estudos Sociais — a Geografia, a História e O.S.P.B.;
- c) nas Ciências — a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas;

§ 2.º — O ensino de Língua Estrangeira Moderna será obrigatório no 2.º grau, recomendando-se a sua inclusão no 1.º grau, onde as condições o indiquem e permitam, sobretudo a partir de quando o currículo passa a desenvolver-se por áreas de estudo.

Art. 4.º — As matérias fixadas nesta Resolução serão escalonadas, nos currículos plenos do ensino de 1.º e 2.º graus, da maior para a menor amplitude do campo abrangendo, constituindo atividades, áreas de estudo e disciplinas

Os §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 4.º determinam que a aprendizagem se desenvolverá através de atividades, áreas de estudo e disciplinas.

Art. 5.º — No escalonamento a que se refere o artigo anterior, conforme o plano do estabelecimento, as matérias do núcleo comum serão desenvolvidas:

I — No ensino de 1.º grau:

- a) nas séries iniciais, sem ultrapassar a quinta, sob as formas de Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências (incluindo Matemática), tratadas predominantemente como atividades;
- b) em seguida, até o fim desse grau, sob as formas de Comunicação em Língua Portuguesa, Estudos Sociais e Matemática e Ciências, tratadas predominantemente como áreas de estudo;

II — No ensino de 2.º grau, sob as formas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e

Biológicas, tratadas predominantemente como disciplinas e dosadas segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos.

Parágrafo único — Ainda conforme as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos, as Ciências Físicas e Biológicas, referidas no inciso II, poderão ser desdobradas em disciplinas instrumentais da parte especial do currículo e, como tais, integrar também esta parte.

(Observar que O.S.P.B. é obrigatória como disciplina de 2.º grau, de acordo com o § 1.º do art. 3.º do Decreto-lei 869 e com o Parágrafo único do art. 5.º do Decreto 68.065).

2.ª CAMADA — Art. 7.º da Lei 5.692/71

Art. 7.º — Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos do 1.º e 2.º graus, observando quando ao 1.º o disposto no Decreto-lei 869, de 12-09-69.

Parágrafo único — O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1.º e 2.º graus.

(Observar também o Parecer 540/77 do C.F.E. e a Portaria 505/77).

3.ª CAMADA — Para a Parte Diversificada, a Lei 5.692/71, orienta:

Art. 4.º — Os currículos do ensino de 1.º e 2.º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais, os planos dos estabelecimentos e as diferenças individuais dos alunos.

Assim, os estabelecimentos de ensino poderão incluir em seu currículo as disciplinas (relacionadas ou não pelo CEE — itens II e III do § 1.º do art. 4.º) que irão completar ou enriquecer a formação do seu aluno, quer visando a educação geral, quer a formação especial, desde que, as não relacionadas pelo CEE, sejam submetidas à apreciação do referido órgão.

4.ª CAMADA — Parte Profissionalizante

Esta se constitui por matérias destinadas às habilitações profissionais no ensino de 2.º grau (§§ 3.º e 4.º do art. 4.º da Lei 5.692/71).

Art. 4.º § 3.º — Para o ensino de 2.º grau o C.F.E. fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

Art. 4.º, § 4.º — Mediante aprovação do C.F.E. os estabelecimentos de ensino poderão incluir outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos.

MINIMOS EXIGIDOS

No Parecer 45/72 e Resolução 2/72 do C.F.E., encontramos:

Técnico do Setor Primário — Mínimo de 2.900 horas nas quais se incluam pelo menos 1.200 horas de conteúdo profissionalizante, além da necessária complementação da prática em projetos de especialidade, com supervisão da escola.

Técnico do Setor Secundário — Mínimo de 2.900 horas nas quais se incluam pelo menos 1.200 horas de conteúdo profissionalizante, além da necessária complementação do exercício profissional orientado pela escola.

Técnico do Setor Terciário — Mínimo de 2.200 horas, nas quais se incluam pelo menos 900 horas de conteúdo profissionalizante.

Para outras habilitações profissionais em nível de 2.º grau — Mínimo de 2.200 horas, nas quais se incluam pelo menos 300 horas de conteúdo profissionalizante.

Para as Habilitações Básicas, deverão ser observados os mínimos especificados nos Pareceres que tratam de cada Habilitação (Vide páginas 45, 46 e 47 do documento "Reformulação de Currículos", 2.º grau — SEEC/RJ).

Alguns Pareceres fixam mínimos para habilitações profissionais a nível de 2.º grau.

Segue-se a legislação de apoio utilizada que deverá ser consultada para maiores esclarecimentos.

- Parecer 853/72 — CFE;
- Resolução 08/71 — CFE e Resolução 04/72 — CFE;
- Resolução 58/76 — CFE;
- Parecer 45/72 — CFE;
- Parecer 76/75 — CFE;
- Parecer 4.833/75 — CFE.

— Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024/61;

— Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1.º e 2.º Graus — Lei 5.692/71;

— Decreto-Lei n.º 69.450/71 (Educação Física);

— Decreto 869/69 (Ed. Moral e Cívica);

— Decreto 505/77 (Educação Moral e Cívica).

Partindo das bases legais, foram elaborados planos de estudo, a título de sugestão, que poderão ser utilizados pelas unidades escolares em seus planos curriculares.

GRADE CURRICULAR — 1.º GRAU

ELEMEN- TOS DO PLANO DE ESTUDOS	MATÉRIAS	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA/SEMANAL										
			SÉRIES										
			1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	7. ^a	8. ^a			
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM E MATÉRIAS DO ART. 7.º	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Comunicação e Expressão	*	*	*	*						
			Comunicação em Língua Portuguesa					6	6	6	6		
			Educação Artística	*	*	*	*	2	2	2	2		
			Educação Física	*	*	*	*	3	3	3	3		
			Língua Estrangeira					2	2	2	2		
		ESTUDOS SOCIAIS	Integração Social	*	*	*	*						
			Estudos Sociais					4	4	3	3		
			Ed. Moral e Cívica	*	*	*	*			2			
			O S P B								2		
		CIÊNCIAS	Iniciação às Ciências	*	*	*	*						
			Matemática					6	6	4	4		
			Ciências Físicas e Biológicas					4	4	3	3		
			Programas de Saúde	*	*	*	*						
		FORMAÇÃO ESPECIAL	Técnicas Agrícolas										
Técnicas Comerciais													
Artes Industriais						2	2	4	4				
Educação para o Lar													
	Ensino Religioso					1	1	1	1				
	Orientação Educacional												
	TOTAL		20	20	20	20	30	30	30	30			

* — Atividades.

Obs.: A carga horária de Programas de Saúde foi computada junto com Ciências Físicas e Biológicas.

GRADE CURRICULAR — 1.º GRAU

ELEMENTOS DO PLANO DE ESTUDOS	MATÉRIAS	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA/SEMANAL										
			SÉRIES										
			1.a	2.a	3.a	4.a	5.a	6.a	7.a	8.a			
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM E MATÉRIAS DO ART. 7.º	Comunicação e Expressão	*	*	*	*							
		Comunicação em Língua Portuguesa					6	6	4	4			
		Educação Artística	*	*	*	*	2	2	2	2			
		Educação Física	*	*	*	*	2	2	2	2			
		Língua Estrangeira					2	2	2	2			
		Integração Social	*	*	*	*							
		Estudos Sociais					4	4	3	3			
		Ed. Moral e Cívica	*	*	*	*			2	1			
		O S P B											
		Iniciação às Ciências	*	*	*	*							
		Matemática					6	6	4	4			
		Ciências Físicas e Biológicas					3	3	4	4			
		Programas de Saúde	*	*	*	*							1
		FORMAÇÃO ESPECIAL	Técnicas Agrícolas										
Técnicas Comerciais													
Artes Industriais						2	2	4	4				
Educação para o Lar													
	Ensino Religioso		*	*	*	*	1	1	1	1			
	Orientação Educacional												
	TOTAL		20	20	20	20	28	28	28	28			

* — Atividades.

GRADE CURRICULAR — 1.º GRAU

ELEMENTOS DO PLANO DE ESTUDOS	MATÉRIAS	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA/SEMANAL										
			SÉRIES										
			1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª			
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM E MATÉRIAS DO ART. 7.º	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Comunicação e Expressão	*	*	*	*						
			Comunicação em Língua Portuguesa					4	4	4	4		
			Educação Artística	*	*	*	*	1	1	1	1		
			Educação Física	*	*	*	*	3	3	3	3		
			Língua Estrangeira					2	2	1	1		
		ESTUDOS SOCIAIS	Integração Social	*	*	*	*						
			Estudos Sociais					4	3	4	4		
			Ed. Moral e Cívica	*	*	*	*		1				
			O S P B										
		CIÊNCIAS	Iniciação às Ciências	*	*	*	*						
			Matemática					4	4	4	4		
			Ciências Físicas e Biológicas					4	4	3	3		
			Programas de Saúde										
		FORMAÇÃO ESPECIAL	Técnicas Agrícolas										
Técnicas Comerciais													
Artes Industriais							2	2	4	4			
Educação para o Lar													
Ensino Religioso			*	*	*	*	1	1	1	1			
Orientação Educacional													
TOTAL			20	20	20	20	25	25	25	25			

* — Atividades.

Obs.: 1) A carga horária de OSPB foi computada junto com Estudos Sociais.

2) A carga horária de Programas de Saúde foi computada junto com Ciências Físicas e Biológicas.

GRADE CURRICULAR — 1.º GRAU

ELEMEN- TOS DO PLANO DE ESTUDOS	MATÉRIAS	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA/SEMANAL										
			SÉRIES										
			1.a	2.a	3.a	4.a	5.a	6.a	7.a	8.a			
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM E MATÉRIAS DO ART. 7.º	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Comunicação e Expressão	*	*	*	*						
			Comunicação em Língua Portuguesa					4	4	3	3		
			Educação Artística	*	*	*	*	1	1	1	1		
			Educação Física	*	*	*	*	2	2	2	2		
			Língua Estrangeira								2		
		ESTUDOS SOCIAIS	Integração Social	*	*	*	*						
			Estudos Sociais					3	3	2	2		
			Ed. Moral e Cívica	*	*	*	*			1			
			O S P B								1		
		CIÊNCIAS	Iniciação às Ciências	*	*	*	*						
			Matemática					4	4	3	3		
			Ciências Físicas e Biológicas					3	3	3	3		
			Programas de Saúde	*	*	*	*						
		FORMAÇÃO ESPECIAL	Técnicas Agrícolas										
Técnicas Comerciais													
Artes Industriais						2	2	4	4				
Educação para o Lar													
	Ensino Religioso	*	*	*	*	1	1	1	1				
	Orientação Educacional												
	TOTAL	20	20	20	20	20	20	20	20				

* — Atividades

Obs.: A carga horária de Programas de Saúde foi computada junto com Ciências Físicas e Biológicas.

GRADE CURRICULAR — 2.º GRAU

HABILITAÇÃO BÁSICA — DIURNO

DISCIPLINAS			CARGA HORÁRIA				
			SÉRIES			T H	TOTAL
			1.º	2.º	3.º		
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Lit. Portuguesa	4	2	2	240	1.170
		História	2	2	—	120	
		Geografia	2	—	—	60	
		Organização Social e Política do Brasil	—	—	1	30	
		Física	2	2	2	180	
		Química	2	2	2	180	
		Biologia	2	2	—	180	
		Matemática	2	2	2	120	
		Língua Estrangeira	2	—	—	60	
	ATIVIDADES COMUNS ART. 7	Educação Artística	2	—	—	60	330
		Educação Moral e Cívica	2	—	—	60	
		Educação Física	2	2	2	180	
		Programas de Saúde	—	—	1	30	
	FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAL	Cálculo Aplicado	2	2	2	180
Língua Portuguesa — Textos			3	2	2	210	
Língua Estrangeira — Textos			1	2	2	150	
Estudos Regionais			—	2	—	60	
Filosofia			—	2	—	60	
PROFISSIONALIZANTE		DISCIPLINAS DA HABILITAÇÃO BÁSICA	—	8	12	600	600
TOTAIS		30	30	30	—	2.760	
Obrigatório para a escola	Ensino Religioso	1	1	1			
	Orientação Educacional	—	—	—			

GRADE CURRICULAR — 2.º GRAU
HABILITAÇÃO BÁSICA — NOTURNO

DISCIPLINAS			CARGA HORÁRIA					
			SÉRIES			T H	TOTAL	
			1.º	2.º	3.º			
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Lit. Portuguesa	3	2	2	210	1.020	
		História	2	2	—	120		
		Geografia	2	—	—	60		
		Organização Social e Política do Brasil	1	—	—	30		
		Física	2	2	2	180		
		Química	2	—	—	60		
		Biologia	2	2	—	120		
		Matemática	2	2	2	180		
		Língua Estrangeira	2	—	—	60		
	ATIVIDADES COMUNS ART. 7	Educação Artística	2	—	—	60		300
		Educação Moral e Cívica	1	—	—	30		
		Educação Física	2	2	2	180		
		Programas de Saúde	—	—	1	30		
	FORMAÇÃO GERAL	INSTRUMENTAL	Cálculo Aplicado	2	2	2		180
Língua Portuguesa — Textos			2	2	3	210		
Estudos Regionais			—	2	—	60		
Língua Estrangeira — Textos			—	2	2	120		
PROFISSIONALIZANTE		DISCIPLINAS DE HABILITAÇÃO BÁSICA	—	8	12	600	600	
TOTALS			27	28	28		2.490	
Obrigatório para a escola	Ensino Religioso		1	1	1			
	Orientação Educacional		—	—	—			

Observações sobre as grades curriculares.

De 1.^a a 4.^a séries o currículo é organizado sob a forma de atividades. Conseqüentemente, os conteúdos são apresentados de maneira assistemática e a aprendizagem se dá de modo globalizado. Torna-se, assim, impossível estabelecer cargas horárias semanais para os diferentes componentes curriculares.

A duração dos turnos (1.^a a 4.^a séries) é a seguinte:

4 horas diárias/turno em escolas que funcionam com 1 ou 2 turnos (36 semanas de 5 dias letivos).

3h30min diárias/turno nas escolas de 3 turnos. Nesse caso, a carga horária mínima de 720 horas, prevista em lei, deverá ser complementada aos sábados (mínimo de 206 dias letivos), ficando a critério da direção e do corpo docente a determinação dos sábados necessários para essa complementação.

De 5.^a a 8.^a séries, o ensino deverá ser tratado predominantemente, como área de estudo. A carga horária semanal será, no mínimo, de 20 horas/aula e 5 dias letivos, levando-se em consideração o total de 36 semanas para o cumprimento das 720 horas estabelecidas na Lei 5.692/71.

Dentre as sugestões aqui propostas, cabe lembrar que as grades com 28 e 30 horas semanais só poderão ser utilizadas para escolas que funcionem com o máximo de 2 turnos.

No que se refere à Formação Especial, sugere-se que os alunos de 5.^a e 6.^a séries se revezem pelas quatro áreas, completando uma em cada semestre. Nas 7.^a e 8.^a séries, eles poderão optar por 1 ou 2 áreas de seu interesse. Nas turmas de 5.^a e 6.^a séries a carga horária semanal será de 2 horas e nas de 7.^a e 8.^a séries será de 4 horas semanais.

O Ensino Religioso é obrigatório para a escola e facultativo para o aluno. Para tanto, deverá ser reservada uma hora semanal, no mínimo.

A Orientação Educacional deverá atuar junto aos professores de 1.^a a 4.^a séries. De 5.^a a 8.^a séries, quando houver condições, dever-se-á prever 1 hora semanal para tal fim. Caso contrário, deverá ser adotado procedimento semelhante ao de 1.^a a 4.^a séries.

Os programas de Educação para o Trânsito deverão ser incluídos em Estudos Sociais ou Moral e Cívica.

A Educação Moral e Cívica deverá ser ministrada em, pelo menos, 2 séries de 1.^o Grau e em 1 do 2.^o Grau. De 5.^a a 8.^a séries poderá ser ministrada em conjunto com Organização Social e Política do Brasil.

Nos cursos diurnos de 2.^o Grau foi incluída Filosofia como matéria instrumental na 2.^a série, com 2 horas semanais. Pode-se, também, colocá-la na 1.^a série com a mesma carga horária, caso a escola necessite fazer tal modificação. Está-se aguardando o Parecer do CFE com relação à inclusão da Filosofia na Educação Geral.

São também válidas para o 2.^o Grau as observações feitas à respeito de Ensino Religioso no 1.^o Grau e à Orientação Educacional nas 4 últimas séries do 1.^o Grau.

As grades curriculares aqui apresentadas são apenas sugestões que, se adotadas, deverão ser submetidas à aprovação do Conselho Estadual de Educação.

3.3 Estratégias

Estratégias são os meios utilizados para atingir os objetivos propostos. A adequação dos meios aos fins permitirá que estes sejam alcançados com a máxima eficiência possível.

Como selecionar as estratégias?

A seleção de estratégias, além de basear-se nos objetivos estabelecidos para a série, deve atender à natureza do conteúdo a ser trabalhado, levar em conta o nível de desenvolvimento mental dos alunos, a metodologia adotada e os recursos disponíveis.

▲ No que se refere aos objetivos:

A seleção de estratégias deve basear-se nos objetivos definidos para o processo ensino-aprendizagem.

O valor de uma estratégia é definido pela maior ou menor oportunidade que oferece ao aluno de desenvolver suas estruturas, construindo, ele próprio, o conhecimento.

A utilização de diferentes estratégias para a conservação de um mesmo objetivo amplia as possibilidades de atendimento às diferenças individuais, de interesse e aptidões dos alunos.

Deve-se dar preferência a estratégias que permitam alcançar simultaneamente o maior número de objetivos, o que resultará na racionalização do processo em termos de tempo e esforço.

▲ No que se refere ao conteúdo:

A seleção de estratégias é, em parte, determinada pelo tipo de conteúdo a ser apreendido.

A natureza das noções a serem aprendidas implicará na escolha de estratégias que propiciem o desenvolvimento das operações que o aluno realizar para adquirir o conteúdo desejado.

▲ No que se refere ao nível de desenvolvimento mental:

Na seleção de estratégias, deve-se levar em conta as possibilidades dos alunos para que não se exija dos mesmos competências que não têm condições de demonstrar. Deverão, ainda, estar estreitamente ligadas aos interesses e características dos alunos.

▲ No que se refere à metodologia adotada:

As decisões tomadas pela escola, no que se refere à metodologia, determinarão os tipos de estratégias a serem utilizadas pelo professor.

Se a metodologia adotada enfatiza a importância do processo de aprendizagem, deverão ser selecionadas estratégias que proporcionem oportunidades ao aluno de construir seu próprio conhecimento, cabendo ao professor o papel de facilitador da aprendizagem do aluno.

▲ No que se refere aos recursos disponíveis:

As estratégias de ensino deverão ser selecionadas em função dos recursos de que a escola dispõe, uma vez que são eles que viabilizam as alternativas de trabalho propostas.

É muito importante que se tente transformar as limitações em possibilidades, através de um esforço no sentido de adaptar e/ou aproveitar recursos da escola e da comunidade, suprindo-se, desta forma, a falta de materiais mais sofisticados com os quais, muitas vezes, não se pode contar.

Tendo em vista que o planejamento curricular deve ser operacionalizado através de planejamento de ensino em nível de sala de aula, é naquele que devem constar as diretrizes e orientações necessárias à definição de estratégias a serem propostas pelo professor em seu planejamento.

É através de diretrizes e orientações referentes a métodos, técnicas e recursos didáticos mais apropriados, que se estará oferecendo ao professor subsídios para que suas decisões relativas a estratégias de ensino sejam as mais eficazes, isto é, oportunizem experiências de aprendizagem mais condizentes com o desenvolvimento mental dos alunos.

"O planejamento de ensino, portanto, entendido como as decisões do professor relativas à condição do processo ensino-aprendizagem para uma determinada classe, não é uma ação isolada. Ela faz parte do planejamento curricular. Daí a estreita relação entre planejamento curricular e planejamento de ensino. Este implica na tradução, em nível de uma disciplina e de uma classe, das decisões mais amplas do planejamento curricular".¹

1 MEC — Modelo de Planejamento Curricular — 1979.

3.4 Procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação é componente essencial em qualquer atividade educacional. É através do processo avaliativo que se obtém informações que permitem verificar até que ponto as decisões tomadas e as ações realizadas são as mais adequadas ao que se pretende alcançar.

Assim, no que se refere ao processo ensino-aprendizagem, deve ser preocupação da escola orientar o professor para o planejamento de uma avaliação que, baseada em objetivos pré-estabelecidos, dê ênfase aos aspectos qualitativos e esteja inserida no processo, desenvolvendo-se de maneira contínua, sistemática e voltada para o aluno, considerado em seus diferentes aspectos: cognitivo, afetivo e psicomotor.

Deve, portanto, a escola apresentar em seu planejamento curricular diretrizes e orientações que, compatíveis com o sistema de avaliação do Estado, aprovado pelo Parecer n.º 110/80 do Conselho Estadual de Educação, auxiliem o professor na determinação de procedimentos de avaliação a serem incluídos no seu planejamento de ensino, que lhes permitam colher informações a partir das quais possa avaliar não só o desempenho do aluno como também sua atuação como docente.

O referido documento apresenta critérios gerais, deixando a cargo da escola a definição daqueles aspectos que, por sua própria natureza, devem ser estabelecidos a partir de fatores condicionantes da própria realidade e que deverão estar expressos no regimento escolar.

No capítulo VII, que trata especificamente do rendimento escolar, são apresentados:

Do art. 1.º ao 8.º — aspectos relativos à fundamentação teórica.

Do art. 9.º ao 12.º — atribuição de conceitos.

Do art. 13.º ao 23.º — promoção e recuperação.

Do art. 24.º ao 26.º — avaliação das disciplinas do art. 7.º da Lei 5.692/71.

Art. 27 — avaliação da parte de formação especial.

Do art. 28.º ao 31.º — avaliação do bloco único.

Art. 32 — avaliação do pré-escolar.

Art. 33 — avaliação relativa à educação especial.

Art. 34 -- formas de registro de resultados da avaliação.

Caberá às unidades escolares:

- estabelecer critérios para a atribuição de conceitos, tendo em vista as características da clientela da escola.
- definir, no plano curricular, os aspectos afetivos que serão trabalhados em cada grau ou modalidade de ensino, indicando um significado comum para cada aspecto focalizado.
- estabelecer o número máximo de componentes curriculares para a recuperação final — art. 18.
- estabelecer o período para recuperação final, atendendo o disposto no art. 19.
- estabelecer os objetivos a serem alcançados nas duas primeiras séries do 1.º grau — bloco único.
- elaborar, para o bloco único, instrumento de registro do progresso do aluno em cada etapa do processo.
- elaborar ficha cumulativa, onde serão registrados dados referentes ao aluno do Pré-escolar para encaminhamento à 1.ª série do 1.º grau.

Com relação ao referido capítulo observa-se, ainda, que caberá às respectivas Coordenações, orientar as unidades escolares quanto à avaliação nas classes pré-escolares e de educação especial.

O capítulo VII trata da organização e funcionamento dos conselhos de classe, definindo seus objetivos e competências.

Fica evidenciado que os conselhos de classe não objetivarão apenas analisar o desempenho do aluno e atribuir-lhe conceitos. Na verdade, têm uma dimensão muito mais ampla, identificando-se com o momento propício à reflexão, por parte de todos os elementos envolvidos no processo educativo, acerca dos objetivos e metas estabelecidas e das falhas e pontos de obstrução no fluxo escolar. É o momento, também, destinado a propor soluções aos problemas detectados com a finalidade de redirecionar ou replanejar a ação.

É no conselho, através da ação conjunta de seus membros, que se poderá conseguir um trabalho realmente integrado e enriquecedor, uma vez que oportuniza a troca de experiências e o balanço de convicções sobre as quais se apoia o trabalho docente.

Quanto à constituição do conselho de classe, definida no art. 5.º, deve-se observar que cabe à escola decidir sobre a inclusão e a forma de participação de um representante do corpo discente.

Além dos pressupostos legais que embasam o processo de avaliação, outros fatores devem ser levados em consideração.

A seleção dos procedimentos de avaliação constitui uma tarefa fundamental no processo de avaliação, uma vez que a escolha inadequada impossibilitará a obtenção de informações relevantes.

Na seleção desses procedimentos, deve-se considerar o nível de desenvolvimento mental do aluno, o tipo de objetivo, a metodologia utilizada, natureza do conteúdo e as condições de que dispõe o professor.

No 1.º segmento do 1.º grau, por exemplo, quando a criança se encontra na fase em que não dispensa a manipulação dos objetos, a observação torna-se um recurso valioso para a avaliação do progresso do aluno. A utilização de testes implicará na construção de itens com características próprias, diferenciando-se, assim dos itens construídos para a avaliação de alunos que estejam no período formal.

A partir das orientações contidas no plano curricular e do conhecimento do grupo com o qual vai trabalhar, estará o professor em melhores condições de definir os procedimentos que poderá utilizar nas diferentes situações que se apresentarão no decorrer do seu trabalho a nível de sala de aula.

4. Avaliação de Plano Curricular

Currículo e avaliação são processos que devem ocorrer simultaneamente. Isto porque o planejamento curricular exige uma busca constante de medidas adequadas à realidade sobre a qual se vai atuar. Essas medidas representam uma tomada de decisões relativas à escolha de alternativas, dentre as possíveis, que visam atingir os resultados previstos de forma mais eficiente e econômica.

Na realidade, as decisões são hipóteses e(como tal, têm um caráter provisório. Só a partir da avaliação é que será possível aceitá-las ou não. Sempre que se fizer necessário, deve-se proceder a um planejamento total ou parcial do currículo.

Para que se possa tomar decisões que venham a contribuir realmente para a melhoria do processo educativo, necessário se faz que se proceda a diferentes tipos de avaliação.

Assim, para que se conheça as necessidades e interesses que devem ser atendidos por meio do currículo, deve-se fazer uma avaliação do contexto em que está inserida a escola. Torna-se imprescindível, portanto, não só um levantamento da realidade próxima como também uma análise dos aspectos filosóficos, sociológicos, legais, psicológicos que se constituirão nas bases para elaboração do currículo.

Só a partir daí, poderão ser tomadas as decisões, que se consubstanciarão no plano curricular, referentes a objetivos, conteúdos, estratégias e procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Para julgar a validade das alternativas propostas para solução dos problemas detectados, procede-se à avaliação ex-ante que significa verificar em que medida essas decisões tomadas respondem às exigências da sociedade e têm validade em termos de recursos disponíveis.

A execução do plano exige não só uma avaliação constante das ações desenvolvidas (avaliação formativa), para que se verifique até que ponto as operações estão se processando de acordo com o planejado e se os alunos estão alcançando os objetivos propostos como também uma avaliação final (avaliação somativa). Essas avaliações fornecerão subsídios que serão utilizados, conforme o caso, para manter ou modificar o plano curricular.

Para que esse processo avaliativo se desenvolva de maneira adequada, é preciso que se conte com a participação da direção, da equipe técnico-pedagógica, além da família e da comunidade.

Os professores, por sua vez, por manterem contato direto com alunos, estão aptos a fornecer informações mais precisas sobre suas necessidades e interesses e sobre o impacto causado pela implementação do currículo. Neste sentido, os pais de aluno poderão também fornecer informações. Basta que se promova uma ampla comunicação entre eles e a unidade escolar.

Considerando que a escola se volta para o atendimento de uma determinada comunidade e que, por essa razão, suas características vão influir nas decisões contidas no plano curricular, deve-se procurar manter uma estreita ligação entre ambas tendo em vista verificar se o plano, tal como está sendo executado, atende às necessidades comunitárias.

Só assim, isto é, através da colaboração de todo o pessoal envolvido no processo ensino-aprendizagem será possível a identificação de problemas, a proposição de soluções e a obtenção dos resultados desejados.

As perguntas que se seguem, às quais poderão ser acrescentadas outras, têm a finalidade de orientar e servir como ponto de partida para a avaliação do currículo.

MOMENTOS DA AVALIAÇÃO	P E R G U N T A S	PRODUTOS
<p>1.º Avaliação diagnóstica ou de contexto</p>	<p>— Que princípios filosóficos, sociológicos, psicológicos e legais nortearão o currículo?</p> <p>— Que dados do diagnóstico sócio-econômico-educacional servirão de base para a elaboração do currículo?</p> <p>— Quais os objetivos e metas prioritárias da escola?</p>	<p>Informações necessárias à elaboração do plano curricular.</p>
<p>2.º Avaliação das decisões do plano ou ex-ante</p>	<p>— As relações entre as decisões contidas no plano são consistentes?</p> <p>— As decisões pelas quais se optou estão relacionadas com os dados concretos da realidade e com os valores considerados?</p> <p>— As decisões contidas no Plano podem ser postas em prática?</p> <p>— O que deve ser modificado no plano?</p>	<p>Informações precisas sobre a validade e operacionalidade do plano curricular.</p>
<p>3.º Avaliação formativa ou in-processum</p>	<p>— Todas as decisões contidas no plano curricular estão sendo executadas conforme foi planejado?</p> <p>— Qual o impacto causado pela implementação do currículo?</p> <p>— O que precisa ser modificado?</p>	<p>Informações úteis para aperfeiçoar a execução do plano curricular.</p>

<p>4.º Avaliação somativa ou ex-post</p>	<p>— Quais os resultados obtidos?</p> <p>— Qual é o efeito dos resultados e os objetivos estabelecidos?</p> <p>— Qual é o defeito dos resultados obtidos em relação às necessidades anteriormente estabelecidas?</p> <p>— O que será necessário modificar?</p> <p>— O que pode ser aproveitado em experiências futuras?</p>	<p>Resultado da avaliação.</p> <p>Informações úteis para determinação do que deve ser mantido e do que deve ser reformulado.</p>
----------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

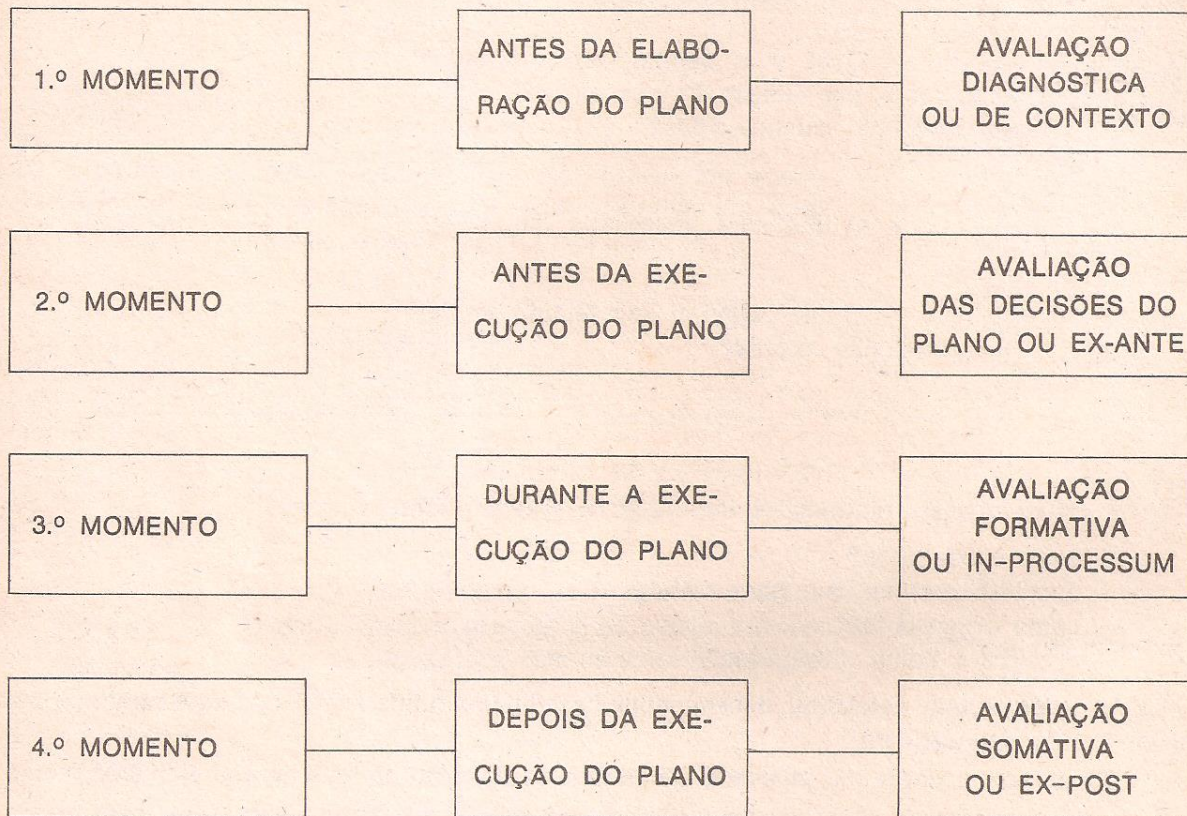
A coleta dessas informações implicará na reflexão sobre:

- onde conseguiu-la?
- que instrumentos usar para obtê-las?
- como organizá-las?
- a quem e como divulgá-las?

As informações coletadas desempenharão um papel fundamental no planejamento e desenvolvimento do currículo.

Conclui-se, a partir daí, que a avaliação, presente tanto na fase de planejamento, como na etapa de execução do plano curricular, é o meio de que se dispõe para fazer com que o currículo se mantenha atualizado e ajustado à clientela a que se destina.

Momentos da Avaliação



BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Conselho Federal de Educação. Câmara de Ensino de 1.º e 2.º Graus. *Parecer 853/71*. Rio de Janeiro (Lei n.º 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, Rio de Janeiro).
2. BRASIL. Leis. *Lei 4024/61*, de 20 de dezembro de 1961, Rio de Janeiro (Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971, Rio de Janeiro).
3. BRASIL. MEC/DEF. *Modelo de avaliação de currículo*. Brasília, 1976.
4. BRASIL. MEC/DEM. *Avaliação e aprimoramento curricular*. Brasília, 1976.
5. BRASIL. MEC/DEM/COPEDE. *Modelo de planejamento curricular*. Brasília, 1979.
6. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. *Reformulação de currículos: pré-escolar e 1.º Grau*. Rio de Janeiro.
7. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. *Guia para o planejamento curricular em nível de escola*. Porto Alegre.
8. FLAVELL, John H. *A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget*. São Paulo, Pioneira, 1975.
9. FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS. *Convites ao raciocínio*. São Paulo (BSCS. Biologia: série guia para professores).
10. HABILITAÇÕES profissionais no ensino de 2.º grau. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, Brasília INL, 1976.
11. SARAIVA, Terezinha. *Núcleo comum e organização curricular a nível de 1.º grau: Parecer 4833/75 do CFE*, Rio de Janeiro, Cadernos Didáticos.
12. TABA, Hilda. *Elaboración del currículo*. Buenos Aires, Troquel, 1975.
13. TOMMASI, Luis Roberto. *A degradação do meio ambiente*. São Paulo, Nobel, 1976.

Composto e impresso na
Imprensa Oficial do Estado
do Rio de Janeiro, à Rua
Marquês de Olinda, 29
Niterói, no ano de 1981

